

VII Seminário Discente DCP-USP*

Quando e Quais Indivíduos Apoiam a Redistribuição de Renda no Brasil?

Victor Araújo[†]

24 de abril de 2017

Resumo

Quando e quais indivíduos preferem redistribuição de renda? Enquanto parte da literatura argumenta que a desigualdade gera pressão por redistribuição, uma vez que a parcela mais pobre da população concentra os indivíduos que são, ao mesmo tempo, os maiores interessados na desconcentração da renda e aqueles com capacidade de decidir eleições, outros autores defendem que a mobilidade social induzida por políticas redistributivas tende a criar um sentimento de indiferença à desigualdade. Neste trabalho, argumentamos que, em países altamente desiguais e com baixo nível de formalização do trabalho, contextos em que a variação do bem-estar individual dos mais pobres depende fortemente da intervenção do Estado, aqueles que experimentam mobilidade social e econômica tornam-se mais intolerantes à desigualdade de renda. Esse argumento se ampara nos seguintes resultados da análise do caso brasileiro: 1. os indivíduos que percebem melhora nas condições de vida – aumento do bem-estar subjetivo (BES) – tornam-se mais favoráveis à redistribuição de renda; 2. são os indivíduos mais pobres, potenciais beneficiários das políticas redistributivas, aqueles que mais percebem aumento do BES. As evidências apresentadas neste trabalho sugerem, portanto, que a maior aversão à desigualdade é um cálculo de manutenção do bem-estar individual, razão pela qual o aumento do BES não deve ser compreendido apenas enquanto uma consequência, mas também como um dos fatores determinantes da redistribuição de renda.

Palavras-chave: Desigualdade de renda, preferências individuais, redistribuição, bem-estar subjetivo, quasi-experimento.

*Trabalho preparado para a Mesa Economia Política do Bem-Estar.

[†]Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo e Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid). Email: victor.asaraujo@usp.br. Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob o processo de número 2016/23215-0.

1 Introdução

A presunção de que a desigualdade gera pressão por políticas redistributivas se assenta no argumento segundo o qual as preferências por redistribuição são afetadas pela posição dos indivíduos na distribuição de renda. A consequência desse argumento sugerido por [Meltzer and Richard \(1981\)](#) é que mais desigualdade leva a mais redistribuição em virtude da pressão exercida pelos indivíduos mais pobres. Embora evidências empíricas sugiram a validade dessa proposição ([Kenworthy and Pontusson, 2005](#); [Milanovic, 2000](#)), explicações alternativas consideram o impacto que outras variáveis exercem sobre o componente cognitivo dos indivíduos.

A partir de sua "teoria do aprendizado social", [Piketty \(1995\)](#) argumenta que as experiências de mobilidade social e econômica vivenciadas pelos indivíduos influenciam suas crenças sobre esforço e sorte, de modo que aqueles que percebem ascensão social tornam-se adeptos da meritocracia e contrários à promoção de políticas redistributivas. O modelo formulado por [Benabou and Ok \(2001\)](#) considera as expectativas de mobilidade ascendente dos indivíduos. Apesar de serem potenciais beneficiários de políticas redistributivas, quando possuem expectativa de ascensão social por outros meios, os indivíduos mais pobres tornam-se contrários às políticas de redistribuição para evitar o aumento da taxação.

Trabalhos que analisam a América Latina vêm demonstrando que esses modelos não se aplicam à países com índices extremos de desigualdade social. Além da expectativa de mobilidade social não tornar os indivíduos indiferentes à desigualdade ([Méndez and Waltenberg, 2016](#)), o apoio à redistribuição guarda relação com considerações individuais sobre justiça e redução da desigualdade de renda ([Silva and Figueiredo, 2013](#)). Embora a expectativa de mobilidade ascendente possa significar indiferença à desigualdade em países pouco desiguais, contextos nos quais a pobreza é definida em termos relativos; o mesmo não ocorre em contextos com alta desigualdade e taxas elevadas de informalidade no mercado de trabalho, lugares onde a mobilidade social dos mais pobres depende fortemente da ação do Estado.

Tendo como referência o caso brasileiro, nós argumentamos que a percepção de melhora das condições de vida está associada à maior aversão à redução da desigualdade de renda. Partindo do pressuposto de que a preferência por redistribuição é afetada pelo Bem-Estar Subjetivo (BES) – experiência individual e subjetiva da avaliação da qualidade de vida ([Woyciekoski et al., 2012](#)) –, mostramos que a demanda por redistribuição em países com alta desigualdade de renda é explicada pelo apoio dos mais pobres às políticas redistributivas. A partir de uma estratégia quase-experimental, analisamos o efeito da percepção de melhora das condições de vida sobre a aversão à desigualdade dos indivíduos. Para tanto, utilizamos dados de surveys, representativas para todo o território nacional, que captam a variação da

percepção individual de mobilidade social e econômica – proxies de BES –, e as preferências por redistribuição de renda dos entrevistados, entre 2006 e 2014.

Os resultados revelam que aqueles que experimentam mobilidade social e econômica tendem a apoiar a redução das diferenças entre ricos e pobres. Da mesma forma, a expectativa de perda de renda no futuro está associada ao aumento da aversão à desigualdade de renda. Esses resultados se devem ao fato de que os mais pobres foram aqueles que mais perceberam mobilidade social entre 2006 e 2014. Assim, a redistribuição de renda – em virtude dos efeitos cognitivos gerados pela percepção de melhoria das condições de vida – tende a produzir mais pressão por redução da desigualdade. Dado que a demanda por redistribuição é explicada pela pressão dos mais pobres, justamente aqueles que experimentaram ascensão social e econômica em decorrência da adoção de políticas de transferência de renda, o aumento do BES não deve ser interpretado apenas como uma consequência, mas também como um dos fatores que influenciam a promoção de políticas redistributivas.

Além desta introdução, na próxima seção, mostramos como a literatura trata da formação das preferências sobre desigualdade dos indivíduos. Posteriormente, na terceira seção, implementamos os testes empíricos e discutimos os resultados. Na quarta seção, explicamos porque, no Brasil, os indivíduos que percebem ascensão social não se tornam contrários à redistribuição de renda. Por fim, na última seção, apresentamos as conclusões.

2 Argumentos da Literatura

Em um túnel, como resultado do trânsito intenso, duas filas de carros, A e B, são formadas. Enquanto os carros da fila A começam a se mover, aqueles situados em B continuam parados. Ao invés de sentimentos relacionadas à raiva, inveja e ressentimento, dada a expectativa de locomoção criada por A, os indivíduos da fila B tendem a observar a movimentação de A com empatia. Essa é a analogia utilizada por [Hirschman and Rothschild \(1973\)](#) para argumentar que a mobilidade social dos indivíduos produz um sentimento de apoio coletivo à redistribuição de renda.

Em oposição à ideia do "Efeito Túnel", [Meltzer and Richard \(1981\)](#) lançaram as bases para o entendimento de que a preferência por redistribuição pode ser explicada pela posição dos indivíduos na distribuição de rendimentos. A formulação destes autores parte do pressuposto de que os indivíduos mais pobres, porque aspiram o aumento de suas rendas, tendem a fazer pressão por redistribuição. Isso não ocorre por altruísmo como sugere o modelo proposto por [Hirschman and Rothschild \(1973\)](#), mas por efeito do cálculo racional dos indivíduos que utilizam a arena eleitoral para maximizar seus ganhos em termos de bem-estar. Embora encontre respaldo em análises empíricas ([Kenworthy and Pontusson, 2005](#); [Milanovic, 2000](#)), esse modelo tem sido criticado por desconsiderar outras dimensões que podem afetar a

formação de preferências coletivas e individuais relacionadas à desigualdade de renda.

Para além de fatores puramente culturais como o comportamento cívico (Algan and Cahuc, 2005), outras dimensões estão associadas à aversão à desigualdade dos indivíduos. Alesina and Fuchs-Schündeln (2007), analisando as preferências de cidadãos alemães que foram separados pela ordem política e econômica imposta pela Guerra Fria, mostram como diferentes regimes políticos afetam a formação das crenças sobre redistribuição. Rueda and Stegmueller (2015) argumentam que, por efeito do medo do crime, indivíduos ricos que residem em regiões mais desiguais tendem a ser mais favoráveis à redistribuição do que indivíduos ricos de regiões ricas e menos desiguais. Existem ainda os efeitos que fatores como regras eleitorais (Persson et al., 2007), etnia (Roemer and Van der Straeten, 2005), raça (Alesina et al., 2001) e religião (Scheve et al., 2006) podem produzir sobre o apoio dos indivíduos à redistribuição de renda.

A constatação de que é possível haver pouca redistribuição em países com elevada desigualdade de renda colocou em xeque a capacidade preditiva da teoria do eleitor mediano (Alesina and Glaeser, 2004). Como consequência, além de teorias que tentam requalificar o argumento sugerido por Meltzer and Richard (1981) ao considerar o efeito que a afinidade social – determinada pela posição dos indivíduos na distribuição de rendimentos – produz sobre as preferências redistributivas (Lupu and Pontusson, 2011; Kristov et al., 1992), houve o retomada do argumento segundo o qual os efeitos cognitivos gerados pela mobilidade social e econômica afetam a formação das preferências individuais. Neste grupo, se destacam a "Teoria do Aprendizado Social", proposta por Piketty (1995), e a "Prospect of Upward Mobility"(POUM), elaborada por Benabou and Ok (2001).

A teoria proposta por Piketty (1995) sugere que a percepção de mobilidade social afeta a preferência individual por redistribuição. Tendo como referência indivíduos de mesma renda que experimentaram trajetórias de mobilidade social diferentes, o autor argumenta que aqueles que perceberam ascensão social tendem a se tornar mais tolerantes com a desigualdade. Isso ocorre porque esses indivíduos associam suas experiências de mobilidade com valores relacionados ao esforço e à sorte. No limite, o grupo dos indivíduos que percebem melhoria das condições de vida tende a desaprovar políticas que têm como objetivo promover redistribuição de renda, de modo que os partidos de esquerda enfrentam dificuldades para angariar apoio dentre esses eleitores.

O modelo formulado por Benabou and Ok (2001) considera a expectativa de ascensão social como um fator determinante para a formação das preferências relacionadas à redistribuição. Assumindo que os indivíduos não são avessos ao risco e que as políticas redistributivas sobrevivem no médio e longo prazo, estes autores argumentam que aqueles que possuem uma renda abaixo da média mas esperam, em um futuro próximo, serem mais ricos que a média, tendem a não apoiar a intervenção do Estado para redistribuir renda.

Os indivíduos esperam com isso não ter que arcar com o pagamento de mais impostos para que o governo redistribua renda e promova a ascensão social de outros.

Posto que o modo como a mobilidade social e econômica afeta as preferências por redistribuição varia sistematicamente entre regiões (Alesina and Angeletos, 2005), os modelos apresentados por Piketty (1995) e Benabou and Ok (2001) não deveriam ser generalizados (Guillaud, 2013). Na América Latina, por exemplo, as evidências existentes sugerem que a expectativa de mobilidade social não está associada com a diminuição de apoio às políticas redistributivas (Silva and Figueiredo, 2013). No caso específico do Brasil, Méndez and Waltenberg (2016) mostram que mesmo os indivíduos que percebem piora na situação econômica permanecem sendo favoráveis à diminuição da desigualdade.

Dentre os analistas brasileiros, os estudos costumam se concentrar nos efeitos que a mobilidade social (Pastore and do Valle Silva, 2000; Ribeiro, 2012, 2007) e econômica (Ferreira and Veloso, 2006; Figueirêdo and Ziegelmann, 2009; Antigo and Machado, 2013) produzem sobre a desigualdade. No presente trabalho, o objetivo é analisar como mobilidade social e econômica, proxies de BES, afetam as preferências por redistribuição dos indivíduos. Apesar de ter importantes implicações sobre a forma como cientistas políticos e economistas teorizam sobre a formação das preferências eleitorais e suas consequências sobre a demanda por redistribuição de renda, este é um tema ainda pouco explorado nas análises de economia política que consideram o Brasil. Na próxima seção, utilizamos uma estratégia quase-experimental para testar se a variação do BES, entendido como a percepção individual de que a vida melhorou, impacta o apoio dos brasileiros às políticas de redistribuição de renda.

3 Dados e Métodos

3.1 Estratégia

O objetivo desta seção é testar o efeito da percepção de aumento do bem-estar individual sobre o apoio às políticas de redistribuição de renda no Brasil. Para tanto, utilizamos dados do "Estudo Eleitoral Brasileiro"(2014), realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/UNICAMP). A unidade de análise é o indivíduo, sendo a pesquisa representativa para o Brasil com informações que permitem analisar as preferências por redistribuição e a variação no tempo das condições de bem-estar percebidas pelos entrevistados.

A ideia por trás dessa estratégia de investigação é a de que a melhora das condições de vida dos indivíduos (tratamento) afeta as preferências por redistribuição dos mesmos. Em um experimento ideal, a alocação de tratados e não tratados é resultante de um processo randômico, criando dois grupos com indivíduos muito parecidos em suas características e atributos. Na impossibilidade de replicar tal desenho, os analistas costumam ajustar regres-

sões multivariadas, utilizando variáveis dummies para indicar se o indivíduo foi submetido ao tratamento ou não. No entanto, a utilização dos modelos multivariados convencionais tende a produzir dois problemas cruciais que produzem viés nos resultados: a comparação de grupos desbalanceados, uma vez que a quantidade de indivíduos tratados e não tratados raramente é similar; e a omissão de variáveis que podem estar correlacionadas com o termo de erro da regressão (Angrist and Pischke, 2008).

A fim de sanar esses problemas, fazemos uso de um desenho quasi-experimental para testar o efeito do aumento do BES, medido pela percepção de mobilidade social e econômica, sobre o apoio dos indivíduos às políticas redistributivas de renda. Mais especificamente, a partir das características observáveis dos indivíduos, foi construído um vetor de covariáveis que permite parear aqueles com atributos semelhantes (Morgan and Winship, 2007). Para tanto, utilizamos um modelo de máxima verossimilhança para estimar a probabilidade de os indivíduos serem iguais. Os scores de atributos dos indivíduos (propensity scores) foram calculados com o pacote “matching” (Sekhon, 2011), disponível no software R. Foi possível, assim, construir uma sub amostra apenas com os casos tratados que possuem correspondência no grupo controle. Trata-se de criar artificialmente casos contrafactuais que permitem considerar a diferença de médias de dois grupos (tratamento e controle) como efeito apenas do tratamento (Rubin, 1977).

3.2 Tratamento

Como discutido na seção anterior, diversos fatores podem afetar as preferências por redistribuição dos indivíduos. Os efeitos gerados pela percepção de mobilidade social e econômica têm sido extensivamente discutidos nos países com índices moderados de desigualdade de renda, mas são mais raras as análises que consideram as nações altamente desiguais. Embora Méndez and Waltenberg (2016) tenham analisado o efeito da expectativa de mobilidade sobre o apoio à redistribuição de renda, não existem trabalhos que avaliem sistematicamente o impacto que a percepção de aumento do BES exerce sobre as preferências redistributivas dos brasileiros.

Neste trabalho, avaliamos o impacto dos efeitos cognitivos gerados pela percepção dos indivíduos de que houve melhora nas condições de vida. Para tanto, na esteira de outros autores (Piketty, 1995; Benabou and Ok, 2001; Alesina and Angeletos, 2005; Guillaud, 2013), utilizamos a percepção de mobilidade social e econômica como proxies de variação no bem-estar individual. A seguinte questão foi colocada para os respondentes da pesquisa: “Considerando os últimos 8 anos, $o(a)$ $sr(a)$ diria que $o(a)$ $sr(a)$ e sua família mudaram de classe social ou permaneceram na mesma classe que estavam há 8 anos atrás?”. Além disso, os indivíduos foram perguntados sobre qual classe pertenciam oito anos antes da realização

da pesquisa (2006) e a qual classe percentenciam na ocasião da entrevista (2014). A análise das respostas dos indivíduos às duas perguntas permite saber não apenas se os indivíduos declaram alguma mobilidade social, mas em que sentido perceberam a mudança nas condições de vida.

Tabela 1: Categorias de Mobilidade Social (2006-2014)

Grupo	Passado	Presente	Descritivas	
	2006	2014	%	N
Tratado	Mais baixa	Baixa	1.50%	40
Tratado	Mais baixa	Média alta	0.19%	5
Tratado	Mais baixa	Média baixa	2.43%	65
Tratado	Mais baixa	Média média	0.82%	22
Tratado	Baixa	Média baixa	8.00%	214
Tratado	Baixa	Média média	3.85%	103
Tratado	Média baixa	Média alta	1.38%	37
Tratado	Média baixa	Média média	11.37%	304
Tratado	Média média	Média alta	2.80%	75
Tratado	Média alta	Mais alta	0.19%	5
Controle	Baixa	Mais baixa	0.45%	12
Controle	Média alta	Média média	1.08%	29
Controle	Média alta	Média baixa	0.34%	9
Controle	Média média	Baixa	0.56%	15
Controle	Média média	Média baixa	2.58%	69
Controle	Média baixa	Baixa	1.31%	35
Controle	Mais alta	Média baixa	1.35%	36
Controle	Baixa	Estável	11.89%	318
Controle	Média baixa	Estável	25.39%	679
Controle	Média média	Estável	22.55%	603
Total			100% (2674)	

Os indivíduos que informaram mobilidade social ascendente – ou seja, aumento do BES –, foram considerados no grupo tratamento. Aqueles que não perceberam melhoria nas condições de vida, permanecendo estáveis ou manifestando piora (decesso), foram codificados no grupo controle. Dado o objetivo de avaliar qual o impacto da variação do BES na preferência por redistribuição, a seguinte pergunta foi utilizada como variável dependente:

Como o(a) sr(a) classificaria o seu ponto de vista usando essa escala? 1 (um) significa que o(a) sr(a) concorda totalmente com a afirmação da esquerda (a renda deve ser distribuída de forma mais igualitária) e 10 que o(a) sr(a) concorda totalmente com a afirmação da direita (As diferenças de renda servem como incentivo ao esforço individual).

Na tabela 1¹, os indivíduos entrevistados foram agrupados de acordo com a variação do status social entre 2006 e 2014. Aqueles que perceberam ascensão social integram o grupo dos tratados, enquanto aqueles que manifestaram ter sofrido decesso social compõem o grupo dos controles. A coluna "Presente/2014" informa a classe social a qual o entrevistado declarou pertencer na data da realização da entrevista. A coluna "Passado/2006" informa a classe social a qual o respondente informou pertencer oito anos (2006) da realização da mesma. Uma análise detida da tabela 1 permite constatar que 32.54% dos entrevistados disseram ter percebido mobilidade para uma classe mais alta. Neste grupo (tratados), 90.8% perceberam ascensão das classes "Baixa" ou "Mais baixa" para algum lugar entre as classes "Média" e "Alta". Por seu turno, 67% dos entrevistados informaram estabilidade ou piora do bem-estar subjetivo (controles). Destes, 96% disseram ter permanecido nas classes "Baixa", "Média baixa" e "Média média", ou terem decaído das classes "Mais alta", "Média média" ou "Média baixa" para as classes "Média baixa" e "Baixa", respectivamente.

Em suma, entre 2006 e 2014, mais do que qualquer outro estrato da população, foram os pobres que mais perceberam ascensão social no Brasil. Os dados indicam que a percepção de mobilidade social é consideravelmente maior entre as classes mais baixas. Enquanto a sensação de melhora na qualidade de vida tende a se concentrar entre os mais pobres, o sentimento de piora predomina entre os mais ricos. Como iremos explorar nas próximas seções, esses dados são reveladores e possuem importância crucial para o modo como podemos interpretar o apoio à redistribuição no Brasil, tendo em vista que essa é uma dimensão que comporta heterogeneidades importantes.

3.3 Controles

Apenas os resultados apresentados na tabela 1 não permitem inferir sobre o efeito cognitivo gerado nos indivíduos pelo aumento do BES. Para que isso seja possível, essa relação precisa ser testada em função de diversos controles relacionados aos atributos e características dos indivíduos.

Além das características sociodemográficas como idade, sexo, cor, escolaridade, renda, religião e região, o pareamento foi realizado levando em consideração dois outros importantes aspectos relacionados à formação das preferências dos indivíduos: se os entrevistados, no momento da aplicação do questionário, recebiam repasses do Programa Bolsa Família (PBF)

¹Elaborada pelo autor a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (CESOP/UNICAMP), 2014

- uma política de transferência condicional de renda -; e se os entrevistados declaram estar dispostos a pagar mais impostos para que haja redistribuição de renda². A consideração de todas estas características observáveis permite estimar, com maior grau de precisão, o efeito que o aumento do BES produz sobre o apoio à redistribuição de renda.

Na tabela 4, é possível observar as variáveis de controle antes e depois (matching) do pareamento dos casos (indivíduos). O pareamento dos casos produziu uma melhora significativa na qualidade do balanceamento das variáveis. A comparação dos grupos é sintomática a este respeito. Antes do pareamento, os indivíduos são diferentes em relação ao sexo, cor, escolaridade e região. O pareamento torna os indivíduos balanceados nesses atributos, motivo pelo qual as diferenças deixam de ser estatisticamente significantes (ver coluna "p-value"). Como pode ser visto na coluna "Dif. Média", as médias dos casos tratados (Tratamento) e não tratados (Controle) foram reduzidas consideravelmente.

Isso sugere que, como consequência da análise de grupos desbalanceados, a utilização de um modelo de regressão multivariada sem o pareamento dos indivíduos produziria estimadores viesados. Embora, no limite, não seja possível garantir a eliminação do viés de variável omitida, a qualidade do balanceamento entre os grupos indica a robustez dos resultados e permite assumir que a diferença entre as médias de aversão à desigualdade dos grupos é produzida apenas pela variação do BES dos indivíduos (Seawright, 2016).

3.4 Resultados

O impacto do aumento do BES (tratamento) sobre o apoio dos indivíduos à redistribuição de renda pode ser visto na tabela 2, na coluna "Mobilidade Social". No total, foram analisados 1.584 indivíduos, 792 casos em cada um dos grupos (tratamento e controle) comparados. Por efeito do tratamento, observamos um impacto negativo e significativo - ao nível de 95% - na escala que varia entre 1 e 10. Isso significa que a percepção de melhora das condições de vida, medida pela mobilidade social, está associada com o aumento do apoio dos indivíduos à redistribuição de renda.

²Ver as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no anexo, tabela 7

Tabela 2: Efeito do tratamento sobre o grau de aversão à desigualdade de renda dos indivíduos

	Mobilidade Social [2006 - 2014]	Mobilidade Econômica [2007 - 2012]
Efeito do tratamento	-0.2846 (0.1480)	-0.1726 (0.1046)
N. Amostra	2.505	2.914
N. Tratado	792	1343
N. Controle	792	1343
T. estat	-1.92	-1.65
P. valor	0.0545	0.0987

Nota: Erros padrões robustos entre parênteses.

Como observa [Fields \(2004\)](#), apesar de ambos os conceitos poderem ser associados ao bem-estar individual, mobilidade social e mobilidade econômica devem ser tratados enquanto fenômenos independentes. Por isso, utilizamos informações da "Pesquisa Nacional sobre o Grau de Aversão à desigualdade da Sociedade Brasileira"³ para testar se o aumento do BES, determinado pela percepção de mobilidade econômica, também está associado ao aumento da aversão à desigualdade de renda.

Cada entrevistado foi questionado sobre sua situação econômica cinco anos antes da entrevista (2007) e se houve percepção de melhora dessa situação em 2012, ano de realização da mesma. Foram considerados no grupo tratamento os indivíduos que declararam ascensão econômica e no grupo controle aqueles que perceberam decesso. Foi utilizada como variável dependente a resposta dos indivíduos ao seguinte questionamento: *"No Brasil existem algumas pessoas muito ricas e outras muito pobres. Isto não é um problema, é normal que isto ocorra"*. A escala de resposta varia entre 1 e 5, sendo que 1 significa total desacordo em relação à afirmação em questão e 5 exprime total acordo. Assim como nos testes relacionados à dimensão mobilidade social, os casos foram pareados considerando as variáveis⁴ idade, sexo, cor, escolaridade, renda, religião, região, taxaço e PBF⁵. No total, foram analisados 2.684 casos, 1.343 indivíduos em cada um dos grupos (tratamento e controle) comparados.

A coluna "Mobilidade Econômica, na tabela 2, apresenta o resultado do impacto do

³A pesquisa foi coordenada pela Professora Lena Lavinas, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a quem sou grato pela disponibilização dos dados

⁴Ver as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no anexo, tabela 8

⁵ Ver o balanceamento das variáveis no anexo, tabela 5.

aumento do BES, medido pela percepção de mobilidade econômica dos indivíduos, sobre a aversão à desigualdade de renda. O efeito negativo e significativo – ao nível de 90% – indica que, quando os indivíduos percebem ascensão econômica, passam a discordar mais da afirmação de que a desigualdade de renda não é um problema. Em outros termos, o aumento do BES induzido pelo aumento da renda tende a diminuir a tolerância dos indivíduos com a desigualdade de renda.

Em suma, no caso brasileiro, as evidências sugerem que a percepção de aumento do bem-estar individual não gera indiferença à desigualdade. Ao contrário, os indivíduos que experimentaram ascensão social e econômica tendem a apoiar a diminuição da diferença de renda entre ricos e pobres. Na próxima seção, explicamos porque, em países com índices extremos de desigualdade como o Brasil, a percepção de melhoria nas condições de vida tende a andar junto com o apoio à redistribuição de renda.

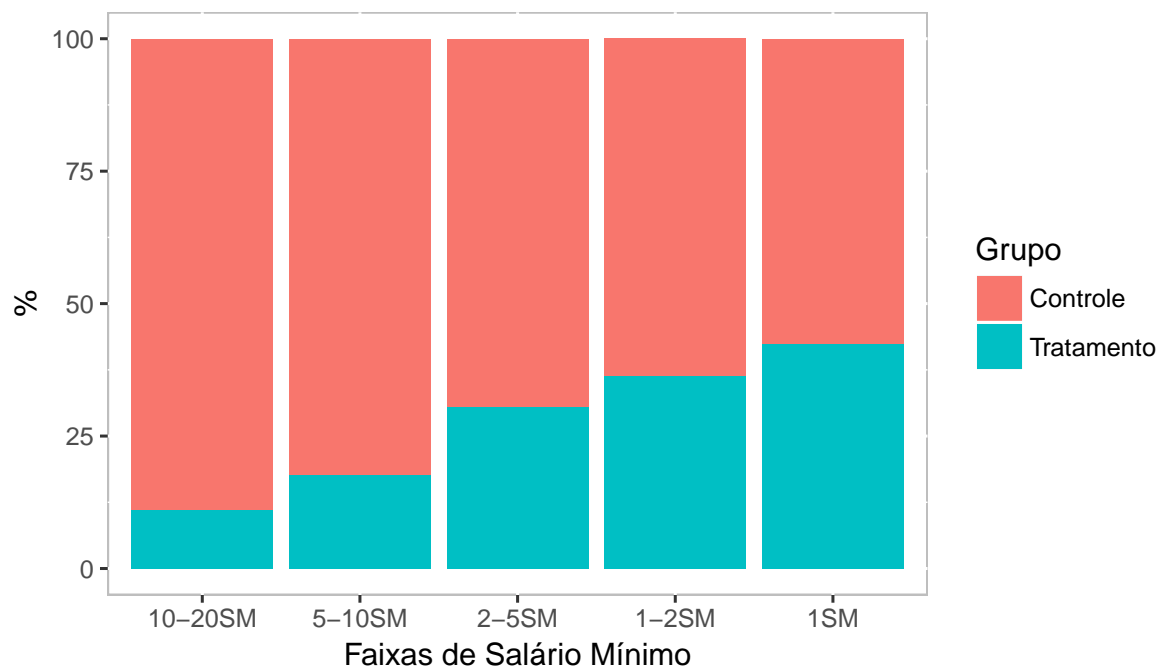
4 Como o Bem-Estar Subjetivo afeta o Apoio à Redistribuição

Uma análise comparada da literatura revela que o Brasil, assim como boa parte dos países Latino Americanos (Silva and Figueiredo, 2013), não pode ser explicado pelos modelos de mobilidade e aversão à desigualdade propostos por Piketty (1995) e Benabou and Ok (2001). Do ponto de vista analítico, importa responder a seguinte questão: por que, no Brasil, os indivíduos que percebem aumento do BES por efeito da mobilidade social manifestam apoio às políticas de redistribuição de renda?

A resposta a outro questionamento nos ajuda a responder o primeiro. Entre 2006 e 2014, quais foram os indivíduos que perceberam ascensão social? Na seção *tratamento*, mostramos que os indivíduos que se percebem nas classes mais baixas foram aqueles que, entre 2006 e 2014, notaram maior ascensão social. Nesta seção, apresentamos um teste adicional que considera a proporção de indivíduos que perceberam (tratamento) ou não perceberam (controle) ascensão social, de acordo com diferentes faixas de renda. Como pode ser visto na figura 1, existe um padrão inversamente proporcional no que diz respeito a percepção de melhoria das condições de vida: quanto menor a renda, maior a proporção de indivíduos que perceberam ascensão social entre 2006 e 2014.

Na faixa que congrega os indivíduos que recebem até um salário mínimo (1SM), 42.49% dos entrevistados experimentaram ascensão social. Essa proporção cai sistematicamente nas faixas com renda mais elevada. Entre aqueles que recebem entre um e dois salários mínimos (1-2SM), 36.38% perceberam ascensão social. Essa proporção é de, respectivamente, 30.54%, 17.79% e 11.11% no grupo dos que recebem entre dois e cinco (2-5SM), cinco e dez (5-10SM)

Figura 1: Proporção de indivíduos que perceberam ascensão social, por faixa de renda (2006-2014)



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (CESOP/UNICAMP), 2014.

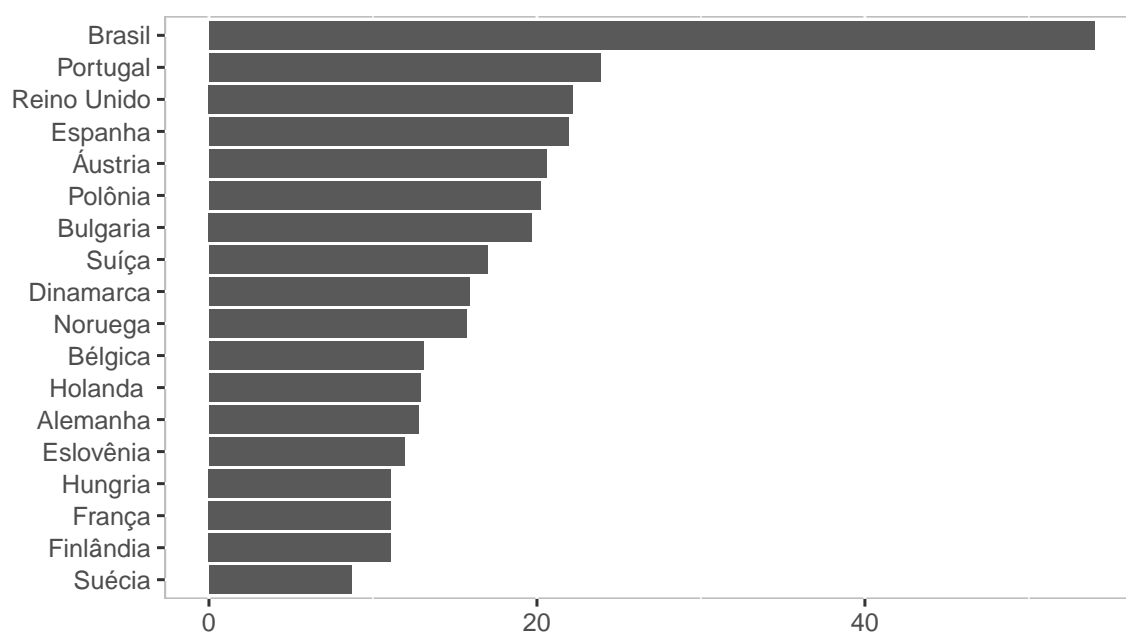
e dez e vinte (10-20SM) salários mínimos.

Mas o que explica a demanda por redistribuição desse grupo? Por que, ao contrário do que ocorre em regiões menos desiguais, os pobres que ascendem socialmente não adotam um comportamento egoísta e continuam apoiando a redistribuição de renda? A resposta pode ser encontrada nos mecanismos de ascensão social à disposição dos indivíduos. Diferente do que se observa, por exemplo, entre os países da Europa Ocidental, na América Latina, parcela substantiva da população encontra-se fora do mercado de trabalho formal (Gasparini and Tornarolli, 2009). Como é possível ver na figura 2, em 2012, o Brasil tinha cerca de 54% de trabalhadores no mercado informal de emprego⁶. Essa proporção é mais de duas vezes maior que a observada no mesmo ano em Portugal (23.9%), o país europeu com a maior taxa de trabalhadores no mercado informal dentre os dezoito países analisados. Desse modo, a manutenção da renda de muitos depende dos ganhos oriundos de ocupações informais (Berens, 2015; Castaneda-Angarita and Doyle, 2015) ou, nos termos propostos por Esping-Andersen (1985), da promoção de políticas desmercadorizantes⁷. Como consequência, para os mais pobres – aqueles que menos se apropriam dos ganhos em renda produzidos pelo mercado de trabalho formal –, não apoiar políticas redistributivas pode significar eliminar o

⁶Para mais informações sobre a composição do mercado de trabalho brasileiro, ver Menezes Filho et al. (2014).

⁷Políticas que garantem aos trabalhos fora do mercado de trabalho formal uma renda mínima para subsistência.

Figura 2: Proporção de Trabalhadores no Mercado de Trabalho Informal em 18 países (2012)



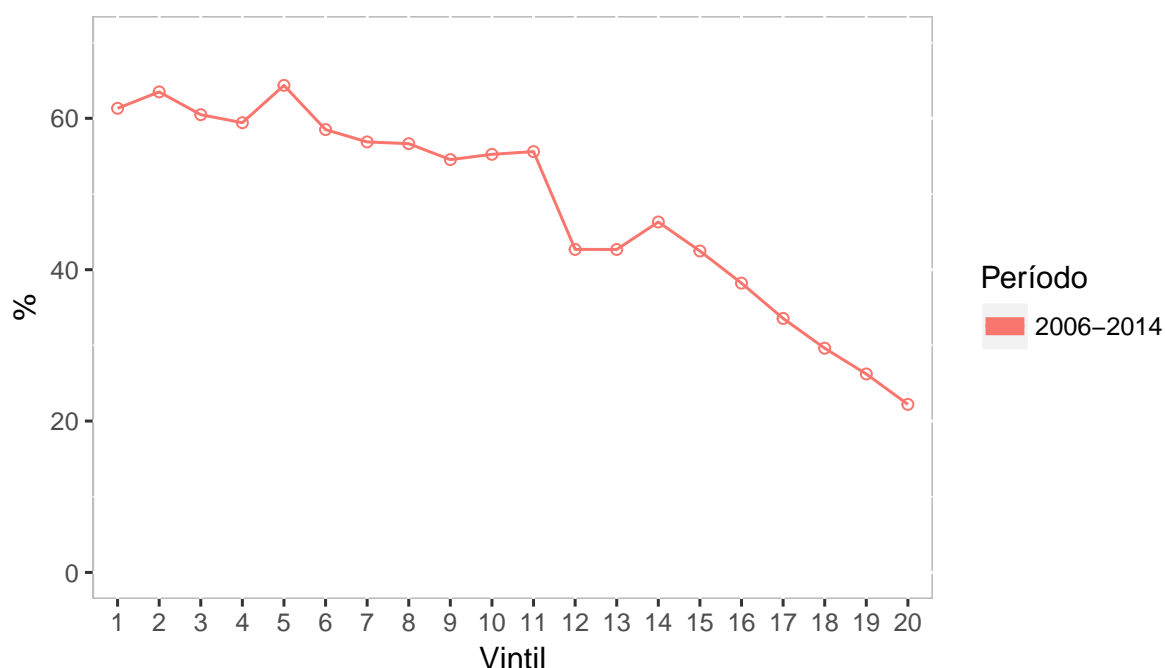
Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da European Social Survey e [Menezes Filho et al. \(2014\)](#).

único canal efetivo de aumento da renda individual e familiar.

A figura 3 apresenta graficamente o percentual de crescimento da renda individual dos brasileiros, entre 2006 e 2014, por vintis de renda. O eixo X varia entre a agregação dos indivíduos com menor renda média (vintil 1) e aqueles com maior renda média (vintil 20). No acumulado do período, os três primeiros vintis (1, 2 e 3) tiveram um crescimento médio da renda de cerca de 62%. No outro extremo, os indivíduos situados nos últimos três vintis (18, 19 e 20) incrementaram suas rendas a uma taxa média de 26%. Isso significa que os mais pobres foram os que tiveram o maior ganho relativo de renda entre 2006 e 2014.

Não obstante o crescimento do número de vagas no mercado de trabalho formal observado em anos recentes ([Menezes Filho et al., 2014](#)), o crescimento da renda dessa parcela da população é um efeito direto da promoção de políticas redistributivas ([Arretche, 2015](#)). Primeiramente, a valorização contínua do Salário Mínimo (SM) entre 1995 e 2014 implicou redistribuição de renda para os estratos mais pobres da população ([Brito et al., 2016](#)). Em segundo lugar, é preciso considerar o impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma política atrelada ao valor do SM e com finalidade redistributiva. Como mostram [Araújo and Flores \(2017\)](#), entre 1996 e 2015, por efeito do BPC, cerca de 4,2 milhões de indivíduos vulneráveis foram retirados das condições de pobreza. Cumpre destacar, ainda, o efeito redistributivo do Programa Bolsa Família (PBF). Embora, em termos redistributivos,

Figura 3: Taxa de Crescimento da Renda Individual, por vintis - Brasil (2006-2014)



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

sua magnitude não possa ser comparada ao SM e BPC, o PBF cumpriu um importante papel na transferência de renda e redução da pobreza extrema (Sátyro and Soares, 2009).

Portanto, o apoio à redistribuição de renda deve ser interpretado como um cálculo dos mais pobres para a manutenção do bem-estar individual. Diferentes estudos têm mostrado que as condições socioeconômicas afetam diretamente o BES (Diener and Suh, 2000; Fischer and Van de Vliert, 2011). Para além do efeito direto nas funções cognitivas (Mani et al., 2013) e na sensação de felicidade dos indivíduos (Minkov, 2009), a pobreza impacta diretamente o bem-estar individual. Ao livrar os indivíduos de uma série de privações relacionadas às capacidades nutricionais e de consumo, o aumento da renda tende a criar uma percepção de melhora na qualidade de vida (Lever et al., 2005).

Embora esse efeito seja observado em situações e contextos diferentes, o impacto da renda sobre o BES é consideravelmente maior nos países com níveis altos de pobreza absoluta (Diener and Seligman, 2004). No caso brasileiro, como consequência da desigualdade elevada, parte importante da população depende da intervenção do Estado para experimentar mobilidade social e econômica. A este respeito, cumpre destacar que os indivíduos beneficiados por políticas de transferência de renda são mais resistentes à ideia de que são os indivíduos responsáveis pelo seu próprio bem-estar (ver figura 4 em anexo). Na mesma direção, é sintomático que os beneficiários de políticas de transferência de renda tendem a

concordar mais com a afirmação de que o governo deve dar uma renda mínima apenas para os pobres (ver figura 5). Os indivíduos mais pobres não creditam a mobilidade social percebida apenas ao esforço e à sorte. As evidências sobre o Brasil sugerem que a parcela mais pobre da população, aquela beneficiada diretamente por medidas redistributivas, associa a melhoria das condições de vida também à ação do Estado.

Tabela 3: Efeito do tratamento sobre o grau de aversão à desigualdade de renda dos indivíduos

	Expectativa de decesso econômico (perda de renda) [2014-2015]
Efeito do tratamento	-0.3302 (0.1531)
N. Amostra	2044
N. Tratado	1004
N. Controle	1004
T. estat	-2.15
P. valor	0.0310

Nota: Erros padrões robustos entre parênteses.

Diante desse quadro, os indivíduos calculam que não apenas a obtenção, mas também a manutenção das condições de bem-estar está condicionada à continuidade das políticas redistributivas. A fim de melhor tratar dessa questão, realizamos um segundo experimento que analisa o efeito da expectativa de perda de renda no futuro – proxie de variação do BES – sobre o apoio à redistribuição. Para tanto, uma vez mais, foram utilizados os dados do "Estudo Eleitoral Brasileiro", coletados em 2014. A seguinte pergunta foi feita aos entrevistados: *O(a) sr(a) diria que nos próximos 12 meses é muito provável, provável, improvável ou muito improvável que a renda familiar do seu domicílio seja fortemente reduzida?* Os indivíduos que declararam ser "muito provável" ou "provável" a redução da renda familiar integram o grupo tratamento. Aqueles que consideram a perspectiva de perda de renda "improvável" ou "muito improvável" foram atribuídos ao grupo controle. Da mesma forma, os casos foram pareados considerando as variáveis⁸ idade, sexo, cor, escolaridade, renda, religião, região, taxaço e PBF⁹. No total, foram analisados 2.008 casos, 1004 indivíduos em cada um dos grupos (tratamento e controle) comparados.

Os resultados podem ser vistos na tabela 3. Aqueles que acreditam que a renda familiar será reduzida e, portanto, haverá diminuição do BES (tratados), tendem a aumentar o apoio

⁸Ver as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no anexo, tabela 8

⁹Ver o balanceamento das variáveis na tabela 5 no anexo.

à redistribuição de renda. Vale ressaltar que a variável dependente neste caso é a mesma escala de concordância com a redistribuição de renda apresentada na subseção *tratamento*. De modo que o efeito negativo e significativo – ao nível de 95% – reportado na tabela 3 indica que a expectativa de piora de vida também está associada à maior aversão à desigualdade.

De fato, o temor de perda de renda no curto e médio prazo (Iversen and Soskice, 2001) e as lembranças negativas associados ao período pré-mobilidade (Alesina and Giuliano, 2009) moldam as preferências dos indivíduos na direção do apoio à redistribuição. No caso brasileiro, dado que a manutenção do bem-estar individual dos mais pobres depende da constante intervenção do Estado, a mobilidade social e econômica tende a gerar ainda mais pressão por redistribuição de renda. Em suma, a aversão à desigualdade de renda não é resultante de um sentimento coletivo e generalizado de intolerância à desigualdade, mas de uma demanda localizada nos estratos mais pobres da população.

5 Conclusão

Quando e quais indivíduos apoiam a redistribuição de renda? Os resultados apresentados neste trabalho revelam que a percepção de aumento do bem-estar individual está associada ao aumento do apoio à redistribuição de renda. Além disso, a demanda por redistribuição é concentrada nos estratos mais pobres. No Brasil, entre 2006 e 2014, foram os pobres que mais perceberam ascensão social e econômica – proxies de aumento do BES. Nesse período, de modo geral, enquanto o sentimento de melhora das condições de bem-estar pode ser associada aos pobres, a percepção de estagnação e decesso está ligada aos indivíduos mais ricos. Por isso, o apoio à redistribuição é um cálculo dos mais pobres para a manutenção das condições de bem-estar.

Nos países em que os indivíduos convivem com baixos índices de desigualdade e altas taxas de formalização do emprego, a ascensão social e econômica dos indivíduos relativamente mais pobres pode ocorrer sem que haja a necessidade de intervenção direta do Estado. Em contextos com alta desigualdade e baixas taxas de formalização das vagas no mercado de trabalho, a parcela mais pobre da população depende fortemente da disposição do Estado para taxar e redistribuir renda. Nesse sentido, na esteira do que sugerem (Meltzer and Richard, 1981), a análise do caso brasileiro revela que a posição dos indivíduos na distribuição de rendimentos é capaz de prever as preferências dos indivíduos por redistribuição¹⁰. Em outras palavras, a desigualdade gera pressão por redistribuição.

Esses resultados têm algumas consequências importantes. Em primeiro lugar, a ascensão social e econômica dos mais pobres tende a produzir ainda mais demanda por políticas

¹⁰Embora disso não decorra que o gasto social do Estado – o tamanho do Estado nos termos de Meltzer and Richard (1981) – possa ser predito pelo nível de desigualdade de renda observada.

redistributivas. Isso ocorre porque os indivíduos que percebem o aumento do BES associam a melhoria das condições de vida à intervenção do Estado. Em segundo lugar, redistribuir renda tende a produzir consequências eleitorais no médio e longo prazo. Se aqueles que experimentam ascensão social votam pela manutenção do bem-estar, nas circunstâncias em que o Estado deixa de ter capacidade de financiar políticas de redistribuição de renda, é possível que o partido responsável por tais políticas seja punido eleitoralmente por aqueles que não perceberam melhora das condições de vida em nenhum momento (classe média e ricos) e por aqueles que deixaram de perceber em função da descontinuidade de tais políticas. Em outros termos, se, em democracias, a força da demanda dos mais pobres depende da capacidade desse grupo para decidir eleições, no longo prazo, o sucesso eleitoral dos partidos que implementam políticas redistributivas depende de fatores que tornem possível a manutenção das mesmas. Por fim, cabe ressaltar a necessidade de construir modelos analíticos que considerem as especificidades das democracias na América Latina. Como tentamos ilustrar neste trabalho, as instituições, políticas e características de cada região determinam as condições de bem-estar que o Estado é capaz de oferecer para os indivíduos, fazendo com que as preferências sobre redistribuição variem a depender do contexto.

Referências

- Alesina, A. and Angeletos, G.-M. (2005). Fairness and redistribution. *The American Economic Review*, 95(4):960–980.
- Alesina, A. and Fuchs-Schündeln, N. (2007). Good-bye lenin (or not?): The effect of communism on people's preferences. *The American Economic Review*, 97(4):1507–1528.
- Alesina, A., Glaeser, E., and Sacerdote, B. (2001). Why doesn't the us have a european-style welfare system? Technical report, National bureau of economic research.
- Alesina, A. and Glaeser, E. L. (2004). *Fighting poverty in the US and Europe: A world of difference*. Oxford University Press.
- Alesina, A. F. and Giuliano, P. (2009). Preferences for redistribution. Technical report, National Bureau of Economic Research.
- Algan, Y. and Cahuc, P. (2005). Civic attitudes and the design of labor market institutions. *Cepremap, Paris*.
- Angrist, J. D. and Pischke, J.-S. (2008). *Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion*. Princeton university press.

- Antigo, M. F. and Machado, A. F. (2013). Mobilidade intrageracional de rendimentos no brasil. *Revista de Economia Política*, 33(1):166–178.
- Araújo, V. and Flores, P. (2017). Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 27(63).
- Arretche, M. (2015). Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades. *Trajétórias das Desigualdades: Como o Brasil Mudou nos Últimos Cinquenta Anos*. São Paulo: UNESP, pages 423–455.
- Benabou, R. and Ok, E. A. (2001). Social mobility and the demand for redistribution: the poum hypothesis. *The Quarterly Journal of Economics*, 116(2):447–487.
- Berens, S. (2015). Preferences on redistribution in fragmented labor markets in latin america and the caribbean. *Journal of Politics in Latin America*, 7(3):117–156.
- Brito, A., Foguel, M., and Kerstenetzky, C. (2016). Minimum wage valorization policy and the decline in income inequality in brazil between 1995 and 2014: a decomposition approach.
- Castaneda-Angarita, N. and Doyle, D. (2015). Government ideology, informality, business and taxation in developing democracies.
- Diener, E. and Seligman, M. E. (2004). Beyond money: Toward an economy of well-being. *Psychological science in the public interest*, 5(1):1–31.
- Diener, E. and Suh, E. M. (2000). *Culture and subjective well-being*. MIT press.
- Esping-Andersen, G. (1985). *Politics against markets: The social democratic road to power*. Princeton University Press Princeton, NJ.
- Ferreira, S. G. and Veloso, F. A. (2006). Intergenerational mobility of wages in brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, 26(2):181–211.
- Fields, G. (2004). Economic and social mobility really are multifaceted. *School of Industrial and Labor Relations. Cornell University*.
- Figueirêdo, E. A. d. and Ziegelmann, F. A. (2009). Algumas simulações de efeitos de mobilidade de renda sobre o nível de bem-estar. *Revista Brasileira de Economia*, 63(4):317–328.
- Fischer, R. and Van de Vliert, E. (2011). Does climate undermine subjective well-being? a 58-nation study. *Personality and Social Psychology Bulletin*, page 0146167211407075.
- Gasparini, L. and Tornarolli, L. (2009). Labor informality in latin america and the caribbean: Patterns and trends from household survey microdata. *Desarrollo y Sociedad*, (63):13–80.

- Guillaud, E. (2013). Preferences for redistribution: an empirical analysis over 33 countries. *The Journal of Economic Inequality*, 11(1):57–78.
- Hirschman, A. O. and Rothschild, M. (1973). The changing tolerance for income inequality in the course of economic development with a mathematical appendix. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(4):544–566.
- Iversen, T. and Soskice, D. (2001). An asset theory of social policy preferences. *American Political Science Review*, pages 875–893.
- Kenworthy, L. and Pontusson, J. (2005). Rising inequality and the politics of redistribution in affluent countries. *Perspectives on Politics*, 3(03):449–471.
- Kristov, L., Lindert, P., and McClelland, R. (1992). Pressure groups and redistribution. *Journal of public economics*, 48(2):135–163.
- Lever, J. P., Piñol, N. L., and Uralde, J. H. (2005). Poverty, psychological resources and subjective well-being. *Social Indicators Research*, 73(3):375–408.
- Lupu, N. and Pontusson, J. (2011). The structure of inequality and the politics of redistribution. *American Political Science Review*, 105(02):316–336.
- Mani, A., Mullainathan, S., Shafir, E., and Zhao, J. (2013). Poverty impedes cognitive function. *science*, 341(6149):976–980.
- Meltzer, A. H. and Richard, S. F. (1981). A rational theory of the size of government. *Journal of political Economy*, 89(5):914–927.
- Méndez, Y. S. and Waltenberg, F. D. (2016). Aversão à desigualdade e preferências por redistribuição: a percepção de mobilidade econômica afeta no Brasil? *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 46(1):91–125.
- Menezes Filho, N. A., Cabanas, P. H. F., and Komatsu, B. K. (2014). Tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro.
- Milanovic, B. (2000). The median-voter hypothesis, income inequality, and income redistribution: an empirical test with the required data. *European Journal of Political Economy*, 16(3):367–410.
- Minkov, M. (2009). Predictors of differences in subjective well-being across 97 nations. *Cross-Cultural Research*, 43(2):152–179.
- Morgan, S. L. and Winship, C. (2007). *Counterfactuals and causal analysis: Methods and principles for social research*. Cambridge: Harvard University Press.

- Pastore, J. and do Valle Silva, N. (2000). *Mobilidade social no Brasil*. Makron books.
- Persson, T., Roland, G., Tabellini, G., et al. (2007). Electoral rules and government spending in parliamentary democracies. *Quarterly Journal of Political Science*, 2(2):155–188.
- Piketty, T. (1995). Social mobility and redistributive politics. *The Quarterly journal of economics*, 110(3):551–584.
- Ribeiro, C. A. C. (2007). *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Edusc São Paulo.
- Ribeiro, C. A. C. (2012). Quatro décadas de mobilidade social no brasil. *Revista de Ciências Sociais*, 55(3):641–679.
- Roemer, J. E. and Van der Straeten, K. (2005). Xenophobia and the size of the public sector in france: a politico-economic analysis. *Journal of Economics*, 86(2):95–144.
- Rubin, D. B. (1977). Assignment to treatment group on the basis of a covariate. *Journal of educational Statistics*, 2(1):1–26.
- Rueda, D. and Stegmueller, D. (2015). The externalities of inequality: Fear of crime and preferences for redistribution in western europe. *American Journal of Political Science*.
- Sátyro, N. and Soares, S. (2009). Análise do impacto do programa bolsa família e do benefício de prestação continuada na redução da desigualdade nos estados brasileiros: 2004 a 2006. Technical report, Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Scheve, K., Stasavage, D., et al. (2006). Religion and preferences for social insurance. *Quarterly Journal of Political Science*, 1(3):255–286.
- Seawright, J. (2016). *Multi-method social science: Combining qualitative and quantitative tools*. Cambridge University Press.
- Sekhon, J. S. (2011). Multivariate and propensity score matching software with automated balance optimization: The matching package for r. *Journal of Statistical Software*, 42(i07).
- Silva, C. R. d. F. and Figueiredo, E. A. d. (2013). Social mobility and the demand for income redistribution in latin america. *Cepal Review*.
- Woyciekoski, C., Stenert, F., and Hutz, C. S. (2012). Determinantes do bem-estar subjetivo. *Psico*, 43(3).

Anexo

Tabela 4: Balanceamento das Variáveis Pareadas – Mobilidade Social (Tabela 2)

Variável	Tratamento	Controle	Dif. Médias	p-value
Sexo	1.49	1.54	-0.04	0.0042
Sexo (Matching)	1.49	1.48	0.02	0.6832
Idade	3.97	4.26	-0.29	0.1108
Idade (Matching)	3.97	3.98	-0.05	0.4329
Cor	2.36	2.32	0.04	0.1907
Cor (Matching)	2.36	2.36	-0.06	0.0320
Religião	11.8	11.4	0.44	0.6955
Religião (Matching)	10.6	12.1	-1.52	0.1915
Escolaridade	4.75	4.44	0.30	0.0001
Escolaridade (Matching)	4.75	4.74	0.17	0.0870
Renda	2.53	2.82	-0.28	0.0063
Renda (Matching)	2.78	2.83	-0.04	0.3458
Taxação	0.52	0.54	-0.02	0.3376
Taxação (Matching)	0.53	0.56	-0.02	0.2215
PBF	0.31	0.26	0.04	0.0201
PBF (Matching)	0.26	0.25	0.01	0.7718
Região	2.80	2.94	-0.14	0.0003
Região (Matching)	2.88	2.90	-0.02	0.5205

Tabela 5: Balanceamento das Variáveis Paredas - Mobilidade Econômica (Tabela 2)

Variável	Tratamento	Controle	Dif. Médias	p-value
Sexo	0.48	0.48	0.00	0.9957
Sexo (Matching)	0.48	0.48	0.00	0.9069
Idade	2.29	2.49	0.20	0.1287
Idade (Matching)	2.29	2.27	0.02	0.4103
Cor	1.83	1.79	0.03	0.3781
Cor (Matching)	1.83	1.78	0.04	0.1445
Religião	1.96	2.09	-12.8	0.1387
Religião (Matching)	1.96	1.95	0.01	0.9910
Escolaridade	2.65	2.63	0.02	0.6253
Escolaridade (Matching)	2.65	2.70	-0.04	0.9683
Renda	2.92	2.53	0.38	0.0074
Renda (Matching)	2.92	2.94	-0.02	0.6963
Taxação	3.70	3.61	0.09	0.1795
Taxação (Matching)	3.74	3.64	0.05	0.2758
PBF	1.90	1.88	0.02	0.1896
PBF (Matching)	1.90	1.90	-0.00	0.7918
Região	2.83	3.09	-25.5	0.1032
Região (Matching)	2.83	2.86	-0.02	0.5156

Tabela 6: Balanceamento das Variáveis Pareadas - Decesso Econômico (Tabela 3)

Variável	Tratamento	Controle	Dif. Médias	p-value
Sexo	1.52	1.51	0.01	0.5717
Sexo (Matching)	1.52	1.51	0.01	0.4407
Idade	4.22	4.07	0.15	0.0268
Idade (Matching)	4.22	4.23	-0.00	0.8828
Cor	2.29	2.35	-0.06	0.0564
Cor (Matching)	2.29	2.28	0.01	0.8292
Religião	12.7	10.8	1.98	0.0896
Religião (Matching)	12.7	12.7	0.07	0.9383
Escolaridade	4.64	4.74	-0.09	0.3557
Escolaridade (Matching)	4.64	4.70	-0.05	0.5532
Renda	2.73	2.72	0.00	0.8764
Renda (Matching)	2.73	2.69	0.04	0.3847
Taxação	0.52	0.53	-0.01	0.9320
Taxação (Matching)	0.52	0.54	-0.02	0.4154
PBF	0.27	0.28	-0.01	0.6962
PBF (Matching)	0.27	0.28	-0.01	0.4807
Região	2.95	2.88	0.07	0.0568
Região (Matching)	2.95	2.97	-0.01	0.5673

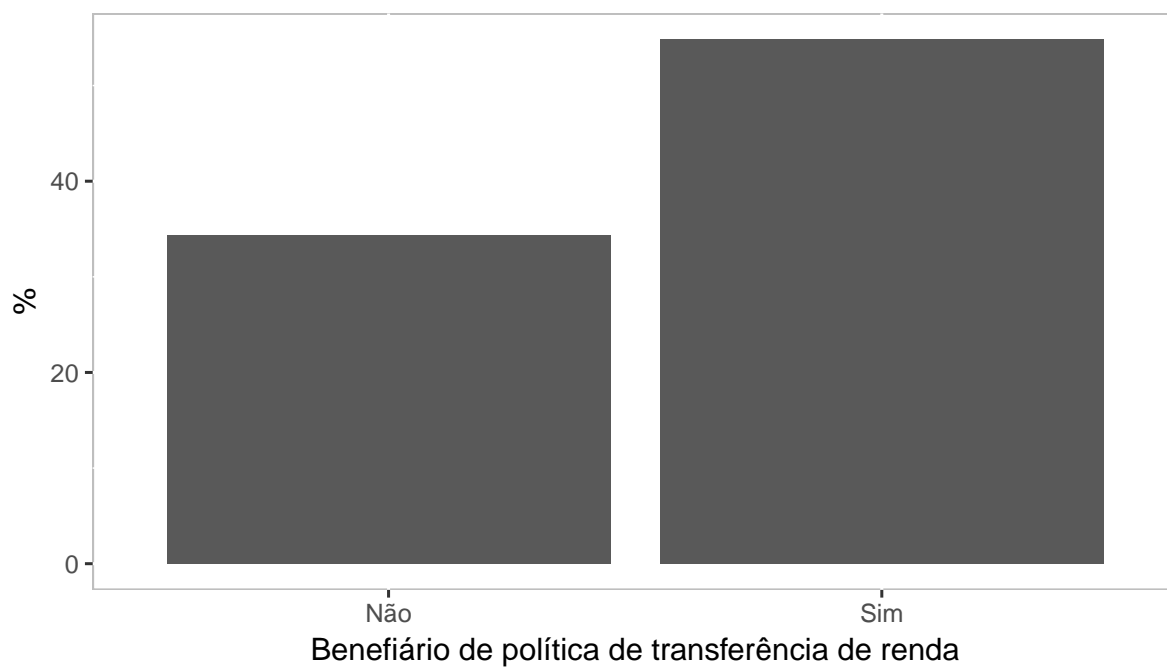
Tabela 7: Descritivas das variáveis utilizadas nos quasi-experimentos da tabela 2

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Cor	2.33	0.73	1	5
Escolaridade	4.54	2.27	0	9
Idade	4.17	1.60	1	7
PBF	0.28	0.44	0	1
Região	2.90	0.90	1	5
Religião	2.12	1.84	1	7
Renda	2.73	1.03	1	7
Sexo	1.52	0.49	1	2
Taxação	0.53	0.49	0	1
V. dependente	5.36	2.82	1	10

Tabela 8: Descritivas das variáveis utilizadas no quasi-experimento da tabela 3

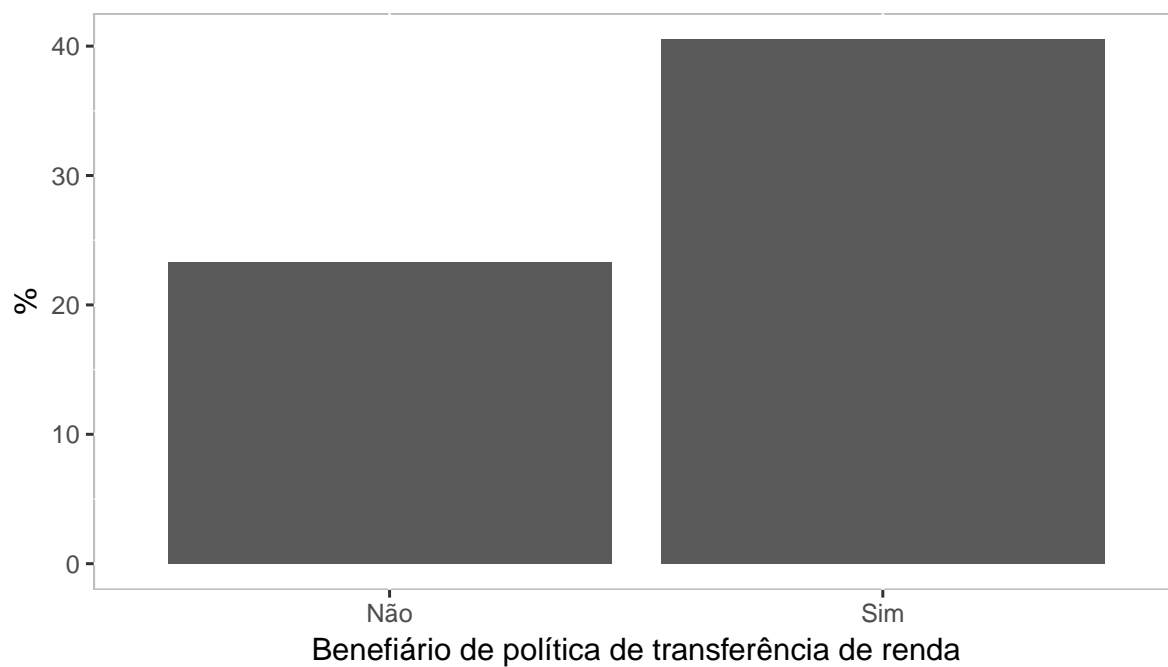
Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Cor	1.81	0.84	0	1
Escolaridade	2.64	0.97	1	6
Idade	2.35	0.93	1	4
PBF	1.89	0.30	1	2
Região	2.91	1.32	1	5
Religião	2.02	1.63	1	7
Renda	2.81	1.73	1	7
Sexo	0.48	0.49	0	1
Taxação	3.67	1.32	1	5
V. dependente	3.93	1.48	1	5

Figura 4: Proporção de indivíduos que discordam da afirmação de que os pobres são os principais responsáveis pelo seu próprio bem-estar, 2012



Fonte: elaborado pelo autor a partir da Pesquisa Nacional sobre o Grau de Aversão à desigualdade da Sociedade Brasileira, 2012.

Figura 5: Proporção de indivíduos que concordam com a afirmação de que o governo deve dar uma renda mínima apenas para os pobres



Fonte: elaborado pelo autor a partir da Pesquisa Nacional sobre o Grau de Aversão à desigualdade da Sociedade Brasileira, 2012.